

vistos. "As para os b asfalto e c vitais para pois sem a obra an



Habe
serfex
nontuss
tus Catil
vehebuni
nonsuloc
VIL

Nos. 1 e
neu me

Por iss
os prazos
cenciale
celerida
presidente
Marques,
licenças r
Batalhões
Construç

O cante
pacidade
será insta
querda d
no munic
usinas pa
creto ast
idas no r
e m 201
mais lice
a utilizaçã
presente
trada, em
e pavim

De acor
ques, não
dências a
do Estado
319. Para
cas, os tén
viram cor
para mini
ambiental

O empre
partamen
franestrut
(DNIT). O
Ambienta
uma equi

grama Bol
vem send
pela Secre
do Meio
envolvime
(SDS) este
pele Brade

O estudo
ferido no
banktrack

orestais protegidos.
ndo eles, a superintendência regional do Instituto Nacional de Colonização e Terras Agrícolas (Inca) estaria no alvo das ações por causa da criação irregular de assentamentos que ocorreu, segundo apontaram as Organizações não-governamentais (ONGs) que possuem sede na Acre.

Segundo com dados do Amazonas, as inspeções financeiras oficiais do governo federal também mais rigorosamente foram devidas ao protótipo de fabricação no Amazonas, em criados pela Superintendência da Zona Franca de (Suframa). O Ibama, no caso, é o órgão que fiscaliza o manejo florestal (ou a falta dele) em áreas de assentamento da Amazônia. Vale ressaltar que segundo

assentamentos da Área de Proteção Ambiental (APA Margem Esquerda do Rio Negro). Os moradores rurais, os quais se encontram, por exemplo, no Ramal do Pau-Rosa, na altura do km 21 da BR-174 (Manaus-Porto Velho), poderiam ser alvo de investigações sobre retirada ilegal de madeira a partir de financiamento de bancos nacionais sem compromisso ambiental.

Para investigar a criação de novos assentamentos, o MPF poderá se amparar ainda em estudos científicos realizados pelo Programa de Manejo Florestal (Promanejo) do próprio Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O Ibama, no caso, é o órgão que fiscaliza o manejo florestal (ou a falta dele) em áreas de assentamento da Amazônia. Vale ressaltar que segundo



Plantações em áreas de assentamento podem estar sendo feitas a partir de processos sem planos de manejo, o que seria ilegal.

estudos parcialmente patrocinados pelo órgão e aprovados em primeira instância no conselho editorial da revista acadêmica do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), a Acta Amazônica, a área da APA Margem Esquerda do Rio Negro realmente pode ser alvo de assentamentos que degradariam o meio ambiente e gerariam déficit madeireiro às áreas.

Palavra de procurador

De acordo com o procurador federal Gustavo Guadanini, as ações do MPF/AM iniciam em 2008 no Arco do Desmatamento, que compreende o sul do Amazonas, o norte do Mato Grosso, o sudeste do Pará e o norte de Tocantins.

"O primeiro passo será pegar esse cinturão do desmatamento e gerar dados que possam ser usados em favor

da proteção ambiental", disse Guadanini.

Sobre os assentamentos da capital e do entorno de Manaus, os bancos públicos e os privados serão investigados a partir do ano que vem.

A meta é cobrir empréstimos a agricultores sem que sejam feitos estudos de impacto e emitidos licenciamentos ambientais para a áreas a serem usadas em assentamentos.

do Ambiente

ação

em avalia

tituto de Terras do Brasil (Itam) planeja 15 comunidades em um entorno de onde localizada a empresa Millbras, em Itacoatiara (americana de Manaus).

Problema ambiental
ssão de construtoras em áreas ambientais de que é conhecida pelo Poder Público Federal. Elas anunciam que farão obras sem licença a partir do que vem.

ado mais fraco
ação de licenças ambientais em áreas de zona Manaus também tem o problema, segundo moradores de Nossa Senhora de Fátima. Alguns pequenos produtores estão tendo suas ações sem que haja nenhuma.

Is. unidades
ltimos preparativos para a criação da Reserva da Serra Renascer, no oeste do Pará, já começaram. A avaliação do Ministério do Ambiente, de onde é a Casa Civil, o prazo finalização é 2008.

Is. unidades 2
nto o Pará avança, mas questão o Amazonas recede. Este ano, a UC foi criada, seja pelo federal ou estadual.

Em Roraima

PPBio, Inpa e Embrapa promovem curso em identificação botânica

Proposta é contribuir para reduzir carência de recursos humanos qualificados na Amazônia

RENAN ALBUQUERQUE E ASSESSORIAS
renanalbuquerque@em tempo.com.br

Um dos maiores desafios para o avanço e popularização do conhecimento científico na Amazônia está relacionado com a carência de pessoas qualificadas para atuarem em pesquisas científicas.

Visando contribuir para a redução desse problema, foi promovido um curso de capacitação em identificação botânica em parceria entre o PPBio (Programa de Pesquisas em Biodiversidade), o Instituto Nacional de Pes-

quisas da Amazônia (Inpa), a Embrapa-RR e o Parque Nacional do Viruá em Caracáí, RR.

O curso foi coordenado por Carolina Castilho (Embrapa-RR) e ministrado por Mike Hopkins (Inpa) e colaboradores em dezembro de 2007 no Parque Nacional do Viruá.

"Roraima é um estado muito pouco conhecido botanicamente. Existem vastas áreas que nunca foram visitadas por botânicos, e as que foram são apenas superficialmente conhecidas", explicou Hopkins. Segundo o pesquisador, para captar conhecimento desta

diversidade são necessários trabalhos direcionados para coletar plantas raras quando estão florescendo. E isso, a participação de um maior número de pessoas é essencial. Participaram do curso interessados em práticas de coleta e preparação de material botânico e também na identificação das principais famílias botânicas da Amazônia. O conteúdo foi estruturado em uma série de aulas teóricas e práticas de campo no Parque Nacional do Viruá e em áreas de savana da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

"O curso foi importante porque tive a oportunidade de aprender coisas que eu não sabia, e despertar mais interesse por conhecer as belezas que têm as matas e as plantas todas. A gente aprende a dar valor a elas", explicou Raimundo da Luz, o "Grafite", que atua como auxiliar de campo em sítios de pesquisa em Roraima.

O Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) é um programa do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) que visa intensificar as pesquisas sobre biodiversidade no Brasil.

Auxílio-pesquisa

Bradesco está entre piores 'bancos verdes'

O novo relatório mundial da ONG holandesa BankTrack, sobre políticas e ações bancárias na área socioambiental, traz informações valiosas sobre o "verdeamento" das instituições financeiras na hora de investir ou liberar créditos para pessoas físicas e

Jurídicas.

No seu primeira edição, do fim de 2005, foram analisados 39 bancos. Do Brasil, entraram na roda os privados Jribanco, ABN Amro, Bradesco e Itaú, além dos públicos Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES).

Todos receberam notas muito baixas. O BNDES levou zero, ao lado do estatal Korean Development Bank e do privado Sumitomo Mitsui Financial Group.

Na edição atual, as notas baixas se repetem entre os 45 bancos avaliados (Tabela

abaixo). Unibanco e BNDES ficaram de fora.

O banco do Bradesco levou nota zero em quatro das sete categorias avaliadas, incluindo-se investimento socioambiental em florestas, agricultura, pesca e indústria militar.

Cabe ressaltar que o pro-